

CONFERÊNCIA DE LÍDERES SÚMULA

XV Legislatura	Reunião n.º 28
1.ª Sessão Legislativa	Data: 2023.03.15
2022/2023	Hora: 10:30 — 11:50
Ordem de Trabalhos: Agendamentos	

MESA DA AR

Presidente	Augusto Santos Silva
Vice-Presidente	Edite Estrela
Secretários	Maria da Luz Rosinha
	Palmira Maciel
	Lina Lopes
Vice-Secretários	—

GOVERNO

Ministra-Adjunta e dos Assuntos Parlamentares	Ana Catarina Mendes
--	---------------------

GRUPOS PARLAMENTARES

PS	Eurico Brilhante Dias
	Pedro Delgado Alves
PSD	Joaquim Miranda Sarmiento
	Catarina Rocha Ferreira
CH	Pedro Pinto
	Rui Paulo Sousa
IL	Rodrigo Saraiva
	Carla Castro
PCP	Paula Santos
BE	Pedro Filipe Soares

DEPUTADOS ÚNICOS REPRESENTANTES DE PARTIDO

PAN	Inês Sousa Real
L	Rui Tavares

Direção de Apoio Parlamentar: Ana Paula Bernardo
Divisão de Apoio ao Plenário: Vasco Cipriano

Deliberações:

O Presidente da Assembleia da República (PAR) deu início à reunião da Conferência de Líderes (CL) fazendo a habitual revisão dos agendamentos anteriormente fixados para a semana em curso e até 24 de março.

Neste ponto, informou que o Grupo Parlamentar (GP) do PSD tinha, inicialmente, apresentado para a sua Fixação da Ordem do Dia, de 15 de março, sobre «Habitação», um número de iniciativas que ultrapassava o limite previsto no Regimento, mas, entretanto, as tinha substituído por apenas cinco, em conformidade com a relevante disposição regimental. Referiu ainda que o GP do PCP tinha requerido a realização de um debate de urgência sobre «Especulação de preços de bens essenciais e as medidas para a travar», propondo o seu agendamento para a sessão plenária de 16 de março, pelo que cumpria acrescentar este ponto à respetiva agenda.

O Líder Parlamentar do GP do CH solicitou que a eleição do candidato apresentado pelo seu GP para Vice-Presidente da AR fosse marcada para a sessão plenária do dia 16 de março. Não havendo oposição à data solicitada, foi deliberado marcar a eleição para a referida sessão plenária, fixando-se que o ato eleitoral decorrerá entre as 15h e as 18h.

Relativamente à sessão plenária do dia 17 de março, o PAR propôs a inclusão do agendamento e votação das Propostas de Resolução n.ºs 5 a 10/XV/1.^a (GOV), que já tinham pareceres aprovados pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, e questionou se o agendamento se faria, sem tempos, como tem sido habitual, ou se os GP pretendiam 2 minutos para o respetivo debate.

O Líder Parlamentar do GP do BE sugeriu que os GP pudessem comunicar à Mesa até ao final da sessão plenária desse dia se pretendiam solicitar tempo.

Por fim, ainda neste contexto de revisão dos agendamentos fixados, o PAR fez referência a que a próxima reunião ordinária do Conselho Europeu está agendada para os dias 23 e 24 de março, pelo que cumpria agendar o respetivo debate preparatório em sessão plenária, o qual, sendo necessária a participação do Primeiro-Ministro, só seria possível realizar no dia 22 de março, em ponto seguinte ao debate com o Primeiro-Ministro. Não havendo oposição, este agendamento ficou de ser incluído na agenda do referido dia.

Entrando nos agendamentos a fazer nesta CL, o PAR deu nota de que podiam ser feitos agendamentos para a última semana de março e, na primeira semana de abril, para os dias 5 e 6, sendo o dia 7 de abril feriado nacional.

Neste ponto, o PAR deu nota de que o GP do BE tinha já requerido uma interpelação ao Governo para a sessão plenária do dia 29 de março sobre tema a indicar oportunamente.

Relativamente à fixação da ordem do dia potestativa do GP da IL, para 6 de abril, sobre tema a indicar oportunamente, foi deliberado que a sessão plenária terá lugar às 10h.

Passando aos agendamentos para as restantes datas disponíveis, foram agendadas, para a sessão plenária do dia 30 de março, declarações políticas e a Petição n.º 14/XV/1.^a, de acordo com a ordem constante da lista de petições a aguardar agendamento para Plenário.

O Líder Parlamentar do GP do BE lembrou que podia ser feito o agendamento da reapreciação do Decreto da Assembleia da República n.º 23/XV/1.^a que «Regula as condições em que a morte medicamente assistida não é punível e altera o Código Penal», pelo que foi deliberado agendar a mesma para a sessão plenária do dia 31 de março.

Foi também deliberado agendar, para a sessão plenária de 31 de março, a eleição de 4 membros para Conselho Regulador da ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social – tendo sido recordado que a audição prévia dos candidatos pela comissão competente deve ter lugar até 5 dias antes da eleição, de acordo com a Lei da ERC – e de 4 membros para o Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida.

A Ministra Adjunta e dos Assuntos dos Assuntos Parlamentares solicitou o agendamento da Proposta de Lei n.º 64/XV/1.^a (GOV) que ficou agendada para a sessão plenária do dia 5 de abril.

Na ronda de agendamentos que se seguiu, todos os GP agendaram uma iniciativa, com exceção do GP da IL, que agendou duas, em conjunto. O Deputado Pedro Delgado Alves, em resposta a questão colocada pelo GP da IL, esclareceu que quem agenda não arrasta iniciativas para o seu próprio agendamento, pode é fazer agendamentos conjuntos.

Por fim, o PAR informou que o GP do PCP requereu fundamentadamente a marcação de um debate de atualidade sobre a situação da ferrovia nacional, para o dia 19 de abril, e que o GP do PSD requereu um debate potestativo, para o dia 20 de abril, sobre tema a indicar oportunamente.

Informou ainda que o GP da IL vai realizar as suas Jornadas Parlamentares nos dias 10 e 11 de julho.

Fórum Luso-Espanhol

O PAR informou que o Fórum Parlamentar Luso-Espanhol foi adiado *sine die*.

Comemorações de centenários do nascimento de parlamentares ilustres

O PAR deu informação sobre várias iniciativas em preparação para comemoração dos próximos centenários do nascimento de ilustres parlamentares como Alda Nogueira (19 de março), Natália Correia (13 de setembro) e Salgado Zenha (2 de maio) e propôs que a AR se associasse a estas comemorações.

Para a data mais próxima, do centenário de nascimento de Alda Nogueira, o PAR sugeriu apresentar um Voto de Saudação, para o qual poderiam ser dados contributos, na sessão plenária de 24 de março, com a atribuição de pequeno período para intervenções. Sugeriu ainda que, antes da Sessão Plenária, se fizesse uma deposição de flores diante do busto de Alda Nogueira, nos Claustros, bem como uma pequena intervenção do PAR e de quem o GP do PCP entendesse indicar para o efeito, tendo a homenageada, sido Deputada desse GP.

A Líder Parlamentar do GP do PCP defendeu que a homenagem do centenário do nascimento de parlamentares ilustres deveria ter um critério, mas concordou com os nomes propostos e com as sugestões do PAR, ficando apenas de verificar, relativamente à homenagem a Alda Nogueira, a viabilidade da data.

O PAR informou ainda que o centenário do nascimento de Eduardo Lourenço, não sendo este uma personalidade parlamentar, seria tratado com o Grupo de Trabalho para os Assuntos Culturais.

A Deputada única representante do PAN chamou a atenção para que no átrio principal interior não há qualquer busto feminino.

Próxima Conferência de Líderes

A próxima CL foi agendada para o dia 29 de março, após o Plenário.

Agendamentos:

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.03.15 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Agendamento potestativo requerido pelo Grupo Parlamentar do PSD, sobre «Habitação», incidindo sobre as seguintes iniciativas legislativas:

Projeto de Lei n.º 653/XV/1.ª (PSD) — Altera o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, de modo a simplificar os licenciamentos, reforçar os meios de fiscalização e flexibilizar o uso do solo para uso habitacional.

Projeto de Lei n.º 654/XV/1.ª (PSD) — Medidas fiscais para uma intervenção social para resolver a grave crise no acesso à habitação própria, o aumento dos encargos gerados com a subida dos juros no crédito à habitação e a promoção de medidas que incentivem uma melhor afetação dos prédios devolutos e o fortalecimento da confiança entre as partes nos contratos de arrendamento.

Projeto de Lei n.º 655/XV/1.ª (PSD) — Estabelece o regime transitório de subsídio de renda e aprova medidas de mitigação no impacto do agravamento dos juros do crédito à habitação.

Projeto de Lei n.º 656/XV/1.ª (PSD) — Habitação para jovens - alojamento estudantil, arrendamento para jovens e aquisição da primeira habitação própria e permanente.

Projeto de Resolução n.º 543/XV/1.ª (PSD) — Aceleração da execução dos fundos PRR para a habitação, promoção de soluções inovadoras de habitação e alojamento, e avaliação das alterações ao regime do arrendamento urbano.

Projeto de Lei n.º 603/XV/1.ª (CH) — Procede ao alargamento da isenção de pagamento de Imposto de Selo prevista no Código do Imposto de Selo.

Projeto de Lei n.º 607/XV/1.ª (CH) — Altera o Código do IVA para que o valor global das obras de reabilitação e afins realizadas em imóveis destinados a habitação beneficiem da taxa reduzida de IVA de 6%.

Projeto de Lei n.º 609/XV/1.ª (IL) — Permite à Sociedade Civil reabilitar os imóveis devolutos do estado para arrendamento acessível.

Projeto de Lei n.º 631/XV/1.ª (L) — Altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, limitando a isenção de IRC aos fundos e sociedades de investimento imobiliário que disponibilizem 30% dos seus bens imóveis no Programa de Apoio ao Arrendamento.

Projeto de Resolução n.º 481/XV/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo que terrenos públicos urbanizáveis não sejam vendidos ou transferidos para processos de especulação imobiliária e sejam utilizados para políticas públicas de habitação.

Projeto de Resolução n.º 525/XV/1.ª (IL) — Pela criação do Portal Digital do Licenciamento Urbanístico (PDLU).

Projeto de Resolução n.º 526/XV/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que contrate os recursos humanos necessários à prossecução das políticas públicas de habitação.

Projeto de Resolução n.º 542/XV/1.ª (PCP) — Travar a especulação, garantir e proteger o direito à habitação.

Tempos: Grelha A.

Eventual Votação.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.03.16 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Eleição de Vice-Presidente para a Assembleia da República (entre as 15 e as 18 horas).

Debate de urgência requerido pelo GP do PCP, sobre «Especulação de preços de bens essenciais e as medidas para a travar».

Tempos: Grelha própria.

Declarações políticas.

Petição n.º 9/XV/1.ª (Pedro Manuel Regueira Valadas Coriel e outros): — Em defesa do Parque das Gerações, contra a proposta de alteração 308 do PDM de Cascais.

Projeto de Resolução n.º 181/XV/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que preserve e valorize o Parque das Gerações como eixo fundamental de uma estratégia nacional de desenvolvimento e promoção do skate.

Projeto de Resolução n.º 249/XV/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que classifique o Parque das Gerações como equipamento de interesse público, de forma a evitar a sua destruição.

Projeto de Resolução n.º 470/XV/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a classificação do parque das gerações como equipamento de interesse público.

Projeto de Resolução n.º 511/XV/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que classifique o Parque das Gerações como equipamento de interesse público.

Projeto de Resolução n.º 512/XV/1.ª (PCP) — Salvaguarda do Parque das Gerações.

Tempos: Grelha própria.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.03.17 (SEXTA-FEIRA) 10:00 HORAS

Debate anual sobre a Participação de Portugal na Cooperação Estruturada Permanente, com a participação do Governo, conforme previsto na alínea *b*) do n.º 1, do artigo 4.º da Lei de Acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia (Lei n.º 43/2006, de 25 agosto).

Tempos: Grelha própria.

Projeto de Resolução n.º 303/XV/1.ª (CH): — Recomenda ao Governo que reconheça a Rússia como Estado “patrocinador do terrorismo internacional”.

Projeto de Resolução n.º 407/XV/1.ª (PSD) — Criação de um Tribunal Especial Internacional Para os Crimes cometidos na Guerra da Ucrânia.

Projeto de Resolução n.º 467/XV/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que apoie o processo de constituição de um tribunal penal especial para investigar e julgar os crimes de guerra perpetrados pela Rússia na invasão da Ucrânia-

Projeto de Resolução n.º 468/XV/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que condene o ecocídio provocado pela Rússia na Ucrânia e que apoie as iniciativas internacionais tendentes a assegurar a reparação da destruição ambiental provocada.

Projeto de Resolução n.º 471/XV/1.ª (PAN) — Apoia e a saúda a decisão do Senhor Presidente da República de concessão do Grande-Colar da Ordem da Liberdade ao Presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 562/XV/1.ª (BE): — Altera o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos (Alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho).

Projeto de Lei n.º 563/XV/1.ª (BE): — Altera o regime geral de proteção de denunciantes de infrações, que transpõe a Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União.

Projeto de Lei n.º 358/XV/1.ª (PAN) — Reforça e clarifica os impedimentos e os mecanismos de prevenção de conflitos de interesse aplicáveis aos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, procedendo à quarta alteração da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho.

Projeto de Lei n.º 613/XV/1.ª (PCP) — Combate as "portas giratórias" entre os cargos políticos e os grupos económicos, reforçando o regime de impedimento do exercício de cargos em empresas privadas por parte de titulares de cargos políticos executivos e o respetivo regime sancionatório, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho.

Projeto de Lei n.º 614/XV/1.ª (CH) — Altera o quadro sancionatório previsto na Lei n.º 52/2019, de 31 de julho (Regime jurídico do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos).

Projeto de Lei n.º 625/XV/1.ª (PAN) — Reforça a proteção dos denunciantes de crimes ambientais, alterando a Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro.

Tempos: Grelha C.

Proposta de Resolução n.º 5/XV/1.ª (GOV) — Aprova o Acordo Suplementar ao Acordo entre a República Portuguesa e a Universidade das Nações Unidas relativo à criação da Unidade Operacional de Governação Eletrónica da Universidade das Nações Unidas em Guimarães, assinado em Lisboa, em 26 de julho de 2021.

Proposta de Resolução n.º 6/XV/1.ª (GOV) — Aprova o Acordo de Proteção dos Investimentos entre a União Europeia e os seus Estados-Membros e a República Socialista do Vietname.

Proposta de Resolução n.º 7/XV/1.ª (GOV) — Aprova o Acordo entre Portugal e Espanha relativo à Pesca no Troço Internacional do Rio Minho.

Proposta de Resolução n.º 8/XV/1.ª (GOV) — Aprova as Emendas de 2018 à Convenção do Trabalho Marítimo, 2006, adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho.

Proposta de Resolução n.º 9/XV/1.ª (GOV) — Aprova o acordo sobre Transporte Aéreo entre a República Portuguesa e a República Democrática Federal da Etiópia.

Proposta de Resolução n.º 10/XV/1.ª (GOV) — Aprova as Emendas de 2014 à Convenção do Trabalho Marítimo, 2006, adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho.

Sem Tempos

Votações regimentais.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.03.22 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Debate com o Primeiro-Ministro, sobre política geral.

Tempos: Grelha própria.

Debate preparatório do Conselho Europeu, com participação do Primeiro-Ministro, [ao abrigo da alínea a) do número 1 do artigo 4.º da Lei de Acompanhamento e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de Construção da União Europeia].

Tempos: Grelha própria.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.03.23 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Proposta de Lei n.º 45/XV/1.ª (GOV): — Determina a cessação de vigência de leis publicadas, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

Projeto de Lei n.º 240/XV/1.ª (PSD) — Procede à décima terceira alteração à Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, que aprova medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus sars-cov-2 e da doença da covid-19.

Projeto de Lei n.º 608/XV/1.ª (CH) — Altera a Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, revogando o regime processual excecional e transitório justificado pela pandemia.

Projeto de Lei n.º 620/XV/1.ª (L) — Mantém o regime transitório para a emissão de atestado médico de incapacidade multiúso para doentes oncológicos e prorroga a validade dos atestados médicos de incapacidade multiúso das pessoas com deficiência até que se recuperem os atrasos na realização de juntas médicas.

Projeto de Lei n.º 621/XV/1.ª (L) — Contempla a realização de reuniões de órgãos das autarquias locais e das entidades intermunicipais através de meios de comunicação à distância.

Projeto de Lei n.º 622/XV/1.ª (L) — Estabelece um mecanismo extraordinário de regularização de dívidas por não pagamento de propinas, taxas e emolumentos nas instituições de ensino superior públicas devido à crise económica e social causada pela inflação.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 512/XV/1.ª (PS): — Restaura a Casa do Douro enquanto Associação Pública e aprova os seus estatutos.

Projeto de Lei n.º 386/XV/1.ª (PCP) — Aprova os Estatutos da Casa do Douro.

Projeto de Lei n.º 612/XV/1.ª (BE) — Restaura a Casa do Douro como associação pública.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 228/XV/1.ª (PCP): — Regime de contratação e colocação de psicólogos nos estabelecimentos públicos de ensino (1.ª alteração do Decreto-Lei n.º 190/91, de 17 de maio).

Projeto de Lei n.º 623/XV/1.ª (L) — Determina o dever de as instituições de ensino superior disponibilizarem serviços de saúde mental aos estudantes.

Projeto de Lei n.º 627/XV/1.ª (PAN) — Cria uma Rede de serviços de psicologia nas escolas públicas e instituições de ensino superior e uma linha telefónica de apoio no Ensino Superior.

Projeto de Lei n.º 629/XV/1.ª (CH) — Altera o Decreto-Lei n.º 190/91, de 17 de maio procedendo, ao reforço da colocação de psicólogos nos estabelecimentos públicos do ensino básico e secundário.

Tempos: Grelha D.

Petição n.º 29/XV/1.ª (Comissão de Utentes da Saúde do Concelho de Peniche): — Garantir o acesso aos serviços dos cuidados de saúde primários e dos cuidados hospitalares no concelho de Peniche.

Projeto de Resolução n.º 431/XV/1.ª (CH) — Garantir o acesso aos serviços dos Cuidados de Saúde Primários e dos Cuidados Hospitalares no Concelho de Peniche.

Projeto de Resolução n.º 443/XV/1.ª (PS) — Recomenda ao governo que promova as diligências necessárias à melhoria do acesso ao SNS no Oeste.

Projeto de Resolução n.º 464/XV/1.ª (BE) — Acesso a cuidados de saúde no concelho de Peniche.

Projeto de Resolução n.º 473/XV/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo o reforço de profissionais de saúde nos cuidados de saúde primários no concelho de Peniche e nas valências do hospital de Peniche.

Projeto de Resolução n.º 475/XV/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que crie um Serviço de Urgência Básica no Centro de Saúde da Marinha Grande.

Projeto de Resolução n.º 479/XV/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que diligencie por melhorias no acesso ao Serviço Nacional de Saúde no Oeste

Tempos: Grelha própria.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.03.24 (SEXTA-FEIRA) 10:00 HORAS

Proposta de Lei n.º 61/XV/1.ª (GOV): — Altera o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

Projeto de Lei n.º 415/XV/1.ª (PAN) — Aprova um regime excecional de endividamento municipal aplicável às despesas destinadas a fazer face aos prejuízos causados pelas situações de cheia ocorridas em dezembro de 2022.

Projeto de Lei n.º 615/XV/1.ª (CH) — Pelo fim da cobrança da Taxa de Ocupação do Subsolo aos consumidores.

Projeto de Lei n.º 618/XV/1.ª (PCP) — Procede à 11.ª alteração à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

Projeto de Lei n.º 624/XV/1.ª (PAN) — Estabelece a possibilidade de reforço das verbas dos municípios para assegurar a proteção das áreas protegidas, o cumprimento do disposto na Lei de Bases do Clima e a implementação de planos de promoção do arrendamento acessível, de alojamento para o Ensino Superior ou de arrendamento jovem, alterando a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Resolução n.º 501/XV/1.ª (PSD): — Recomenda ao Governo a clarificação da abrangência de critérios de priorização de crianças abrangidas pelo programa “Creche Feliz”.

Projeto de Lei n.º 626/XV/1.ª (PAN) — Altera a Lei n.º 2/2022, de 3 de janeiro, por forma a clarificar os termos da gratuitidade da frequência da creche e a prioridade de admissão das crianças com irmãos a frequentar a creche abrangida por esta medida.

Projeto de Lei n.º 628/XV/1.ª (CH) — Altera a Lei que aprova o Alargamento Progressivo da Gratuidade das Creches e das amas do Instituto da Segurança Social IP, assegurando uma compensação às famílias não contempladas.

Projeto de Resolução n.º 510/XV/1.ª (PSD) — A abrangência territorial para a aferição de vagas da gratuitidade das creches seja feita ao nível de freguesia.

Projeto de Resolução n.º 515/XV/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo o alargamento progressivo da gratuitidade das creches e amas do Instituto da Segurança Social, I.P.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 485/XV/1.ª (IL): — Colocar no Recibo de Vencimento dos trabalhadores por conta de outrem os custos suportados pela entidade patronal no âmbito das contribuições para a Segurança Social.

Projeto de Lei n.º 616/XV/1.ª (CH) — Altera o Código do Trabalho, aumenta a informação disponível aos trabalhadores por conta de outrem nos recibos de vencimento.

Tempos: Grelha D.

Petição n.º 331/XIV/3.ª (Luís Manuel Marques Bugalhão e outros): — Revisão e alteração do sistema remuneratório dos Militares!.

Projeto de Lei n.º 617/XV/1.ª (CH) — Procede ao aumento do valor do capital de risco do Seguro de Vida não Contributivo dos militares em missões humanitárias e de Paz fora do território nacional.

Projeto de Resolução n.º 399/XV/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo que emita orientações para garantir a efetiva, uniforme e coerente aplicação do direito à contabilização das avaliações de serviço a todos os ex-militares após ingresso na Administração Pública.

Projeto de Resolução n.º 446/XV/1.ª (PCP) — Pela Valorização Remuneratória e Social dos Militares das Forças Armadas.

Projeto de Resolução n.º 457/XV/1.ª (PSD) — Revisão do Regime Remuneratório dos Militares das Forças Armadas.

Projeto de Resolução n.º 509/XV/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a revisão do regime remuneratório aplicável aos militares dos quadros permanentes e em regime de contrato e de voluntariado dos três ramos das forças armadas.

Tempos: Grelha própria.

Votações regimentais.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.03.29 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Interpelação ao Governo requerida pelo Grupo Parlamentar do BE, sobre tema a indicar oportunamente.

Tempos: Grelha própria.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.03.30 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Declarações políticas.

Petição n.º 14/XV/1.ª (Francisca Meleças De Magalhães Barros e outros):
— Urgência em legislar no sentido da conversão do crime de violação em crime público.

Tempos: Grelha própria.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.03.31 (SEXTA-FEIRA) 10:00 HORAS

Eleição de 4 membros para o Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC).

Eleição de 4 membros para o Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida.

Reapreciação do Decreto n.º 23/XV/1.ª (AR): — Regula as condições em que a morte medicamente assistida não é punível e altera o Código Penal.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Resolução n.º 482/XV/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo que emita orientações para garantir o direito de acesso efetivo de todos os

cidadãos à administração pública, assegurando a possibilidade de atendimento presencial e espontâneo em todos os seus serviços.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Resolução n.º 442/XV/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que seja dotado de recursos financeiros o Comité de Cogestão para a Apanha de Percebes na Reserva Natural das Berlengas (RNB) e criação e financiamento Comité de Cogestão da Pescaria do Polvo do Algarve.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 258/XV/1.ª (CH) — Determina a proibição da comercialização de madeira ardida resultante dos incêndios florestais.

Tempos: Grelha D.

Votações regimentais.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.04.05 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Proposta de Lei n.º 64/XV/1.ª (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2021/514, relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Resolução n.º 532/XV/1.ª (IL) — Regresso ao Modelo de Gestão em PPP nos Hospitais de Braga, Loures e Vila Franca de Xira.

Projeto de Resolução n.º 533/XV/1.ª (IL) — Modelo de Gestão dos Hospitais do Serviço Nacional de Saúde.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Resolução n.º 262/XV/1.ª (PCP) — Pelo reforço da Rede de Equipamentos e Serviços de Apoio aos Idosos e valorização das Associações de Reformados, Pensionistas e Idosos.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 561/XV/1.ª (BE) — Integra o suplemento de recuperação processual no vencimento dos oficiais de justiça (Alteração ao Decreto-Lei n.º 485/99, de 10 de novembro, que estabelece medidas de compensação para a recuperação dos atrasos processuais).

Tempos: Grelha D.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.04.06 (QUINTA-FEIRA) 10:00 HORAS

Agendamento potestativo requerido pelo Grupo Parlamentar da IL, incidindo sobre tema a indicar oportunamente.

Tempos: Grelha própria.

Votações regimentais.

A próxima reunião da Conferência de líderes, realizar-se-á no dia 29 de março, após o Plenário.

A Deputada Secretária da Mesa,

(Maria da Luz Rosinha).

CALENDARIZAÇÃO

MARÇO 2023			
DIA 15	QUARTA-FEIRA	CONFERÊNCIA DE LÍDERES REUNIÃO PLENÁRIA	10:30 HORAS 15:00 HORAS
DIA 16	QUINTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 17	SEXTA-FEIRA	REUNIAO PLENÁRIA	10:00 HORAS
DIA 20	SEGUNDA-FEIRA	CONTACTO COM O ELEITORADO	
DIA 21	TERÇA-FEIRA	COMISSOES PARLAMENTARES	
DIA 22	QUARTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 23	QUINTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 24	SEXTA-FEIRA	REUNIAO PLENÁRIA	10:00 HORAS
DIA 27	SEGUNDA-FEIRA	JORNADAS PARLAMENTARES DO GP DO PS	
DIA 28	TERÇA-FEIRA	JORNADAS PARLAMENTARES DO GP DO PS	
DIA 29	QUARTA-FEIRA	CONFERÊNCIA DE LÍDERES - APOS PLENARIO REUNIÃO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 30	QUINTA-FEIRA	REUNIAO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 31	SEXTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	10:00 HORAS

ABRIL 2023			
DIA 03	SEGUNDA-FEIRA	CONTACTO COM O ELEITORADO	
DIA 04	TERÇA-FEIRA	COMISSOES PARLAMENTARES	
DIA 05	QUARTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 06	QUINTA-FEIRA	REUNIAO PLENÁRIA	10:00 HORAS
DIA 07	SEXTA-FEIRA	FERIADO	